

ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 21-9-2020.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 030/20 (Processo nº 0072/20), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 090/20 (Processo nº 0236/20), de autoria de Márcio Bins Ely. Também, foram apregoados os Ofícios nos 507, 508, 509 e 510/20, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, veto parcial ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20 e vetos totais aos Projetos de Lei do Legislativo nos 183/18, 003 e 218/19 (Processos nos 0048/20, 1396/18, 0003 e 0485/19, respectivamente). Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Adeli Sell, em tempo cedido por Reginaldo Pujol. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Prof. Alex Fraga e Engº Comassetto. Na oportunidade, por solicitação de Aldacir Oliboni, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Dirléia Severo Pereira. Às quinze horas e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei do Executivo nº 032/19 (Processo nº 0605/19), por oito votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, após ser discutido por Adeli Sell, Engº Comassetto, Roberto Robaina, Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Airto Ferronato, Idenir Cecchim, Prof. Alex Fraga, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Cassiá Carpes, Mônica Leal e Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Ramiro Rosário, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Roberto Robaina. Às dezesseis horas e quatorze minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Felipe Camozzato. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mendes Ribeiro. Às dezesseis horas e

vinte e três minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos à verificação de quórum para a 051ª Sessão Ordinária. (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Vinte e dois vereadores presentes.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Há quórum. Por favor, apregoe as matérias apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições a apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado. Alguém vai utilizar tempo de liderança? (Pausa.) Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Reginaldo Pujol.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu peço desculpas, porque deu um problema na nossa conexão, já agradecendo ao Presidente da Casa, Ver. Reginaldo Pujol, que estava inscrito em Grande Expediente e me cedeu o seu tempo, para que eu pudesse falar hoje de Paulo Freire, especialmente sobre a questão de que, no sábado, Paulo Freire teria completado 99 anos de idade. Portanto, a partir dessa data, nós estamos iniciando o que nós denominamos o ano do centenário de Paulo Freire. No sábado, houve uma reunião importantíssima, na qual se juntaram vários países, do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe, e começaram as comemorações dos 99 anos, agora a caminho dos cem anos de Paulo Freire. Nós temos aqui várias pessoas, vários professores, estudiosos que estão acompanhando hoje a sessão da Câmara pela internet. Eu quero começar falando da prof.^a Liana Borges, que é uma das coordenadoras do que se denominou, e já famosa, rede de Cafés com Paulo Freire. São bate-papos entre professores, estudiosos, pessoas da área da educação. A Liese Serpa, que é do Café com Paulo Freire do Centro Histórico; a Jacqueline Junker, que é da nossa Escola Porto Alegre, a chamada Escola Aberta; o Selvino Heck, que vocês todos conhecem, já foi deputado estadual, é uma pessoa que sempre trabalhou com a educação popular, que é do Camp, que é uma central, uma ONG que trabalha com educação popular, e mais um conjunto de pessoas; a Marlise Fernandes, que tem

sempre feito essas pontes aqui pelo nosso gabinete com o pessoal da área de educação. Não esperem que eu fale sobre a biografia de Paulo Freire, não esperem que eu fale da sua história, isso as senhoras e os senhores encontrarão às pampas, como se diz, em qualquer espaço hoje. Eu só lembro que ele foi uma figura destacadíssima na educação neste País, tanto que é considerado o patrono da educação do Brasil. São inúmeros os títulos de doutor *honoris causa* pelo mundo afora. São dezenas de livros, são centenas de traduções e são outras tantas centenas de estudos que ainda hoje são realizados pela academia, mas eu falo não só da academia da universidade, eu falo também das discussões de Paulo Freire nos movimentos sociais, nas periferias, exatamente por causa da educação libertadora de Paulo Freire, que sempre se opôs a essa educação bancária, ou seja, tu vais lá e coloca isso na cabeça das pessoas, como se as pessoas tivessem que aprender, com um método exógeno, um método completamente fora da realidade em que as pessoas vivem. O sucesso da educação de Paulo Freire, e não só vamos falar da educação de jovens e adultos, vamos falar da educação de crianças, da alfabetização de um modo geral, porque ele sempre trabalhou essa ideia da proximidade, e foi uma das primeiras pessoas que utilizou algum meio tecnológico, como a projeção de desenhos para que as pessoas pudessem ter essa interação. Hoje, é impressionante, você vai em algumas escolas e você clica, você aperta no chamado quadro, porque agora não é mais quadro negro, normalmente é um quadro branco, e lá você pode interagir com o computador que está na sua mesa. Agora nós temos que lidar com uma realidade que Paulo Freire sempre apontou para nós, a realidade como ela é, aquela realidade dos ribeirinhos, lá do norte do País, e que, muitas vezes, como foi colocado ontem por uma grande rede de televisão, são massacrados, muitas vezes, por pessoas que deveriam estar cuidando da sua segurança e da sua sobrevivência. Nós temos que falar, sim, dos quilombos, dos lugares esquecidos deste País, onde não chega a internet. Por isso hoje nós temos também uma pauta importante logo em seguida, que é discutir o destino da nossa Procempa. Nós temos aqui em Porto Alegre, e por isso que nós podemos falar mais de Paulo Freire, as escolas municipais, as escolas das periferias completamente vinculadas às suas comunidades através de mais de mil quilômetros de fibra óptica.

Neste período de Grande Expediente eu não falo só pela minha pessoa, mas pelo professor Adeli Sell, pelo educador que já fui por muito tempo no passado e pelo vereador; estou aqui falando também com a licença da bancada do Partido dos Trabalhadores, dos quatro vereadores além de mim – do Oliboni, do Sgarbossa e do Comassetto –, falando pelos três vereadores do PSOL – dois deles são professores, o Prof. Alex e a Prof.^a Karen, e o Roberto Robaina –, e pela da bancada do PDT – o Bosco, o Bins e o Mauro –, que também disse que eu falasse em nome deles, especialmente o PDT, que sempre teve uma preocupação muito grande com essa questão da educação integral, e lembrando que em muitos momentos Paulo Freire e o Darcy Ribeiro estiveram juntos na construção da educação neste País. E este é um ano muito interessante para nós que trabalhamos na área da educação, porque nós já tivemos, em julho, os 120 anos do Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro que construiu esse modelo de escola pública no País, graças a ele, inclusive, a escola de tempo integral. E não é fortuito que uma das escolas mais bacanas que eu conheço, da

periferia de Porto Alegre, na Zona Sul, se chama Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Anísio Teixeira.

Também queremos lembrar que eu cheguei a falar aqui inclusive dos 100 anos de Florestan Fernandes, outro que lutou pelo ensino público, pela universidade para todos, e agora, iniciando, portanto, a partir de sábado, o ano do centenário de Paulo Freire. Essa conversa que nós estamos tendo no início desta sessão, na Câmara Municipal de Porto Alegre, muito mais para abrir os debates, acelerar a discussão, e de coração aberto e de mente mais aberta do que nunca, discutir o futuro da educação do nosso País. Nós não queremos que as pessoas, necessariamente, adiram às nossas teses, às nossas teorias, às nossas posições. Nós não queremos, necessariamente, que as pessoas se tornem freirianas do dia para a noite, mas que estejam abertas a ouvir, a discutir, a conhecer efetivamente o método de educação Paulo Freire. E eu não poderia deixar aqui também de citar que, infelizmente, grupos de alfabetização de jovens e adultos estão sendo fechados. No governo do Estado, nós tínhamos vários NEEJAs – Núcleos Estadual de Educação de Jovens e Adultos, por sinal um deles, do bairro Auxiliadora, chama-se exatamente Núcleo Paulo Freire, mas nós já tivemos fechado o Núcleo da André Belo, o Núcleo da Cidade Baixa, agora o pessoal foi jogado para a Escola Darcy Vargas. Mas eu quero também falar da educação de jovens e adultos nas escolas do Município de Porto Alegre, que está perdendo espaço com várias turmas que foram fechadas nos últimos tempos, a enturmação nós sabemos que é um gravíssimo problema. Nós não podemos aceitar que a educação de jovens e adultos seja simplesmente um momento de fazer um teste na escola, e muitas vezes querem, inclusive, fazer esses testes de forma remota. Não, nós queremos é o contato direto com o professor, com a sala de aula. Quando eu falo em sala de aula, não quero dizer, necessariamente, uma sala formal numa escola, porque em alguns lugares nem temos condições disso, como nos rincões deste País, mas onde os governos se debruçam sobre a educação, especialmente a educação de jovens e adultos, porque nós temos ainda milhares e milhares de pessoas que não estão alfabetizadas.

Portanto, meu caro Paulo Brum e especialmente meu caro amigo Presidente Pujol, que nos cede este tempo, hoje, neste 21 de setembro, dois dias após a data de aniversário de 99 anos do Paulo Freire, abrimos oficialmente, na Câmara Municipal de Porto Alegre, o ano do centenário de Paulo Freire. Eu tenho certeza de que os meus colegas da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude vão poder, em algum momento, fazer debates sobre a questão do Paulo Freire. Paulo Freire vive, porque vivem as suas ideias, vive seu método, vive seu jeito de ser e de fazer. Nós queremos, portanto, solicitar aos nossos colegas, a toda a população de Porto Alegre, a todos que nos assistem nesta tarde que estejam com coração e mente abertos para discutirmos a educação na nossa cidade. Nós não podemos mais aceitar a forma autoritária com que a educação tem sido tratada na Secretaria Municipal de Educação aqui em Porto Alegre.

Concluo dizendo muito obrigado a todos que nos escutaram nesta tarde. E viva Paulo Freire, Paulo Freire vive! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, nobre Ver. Paulo Brum, colegas vereadores e vereadoras. Quero falar hoje sobre saúde, e mais precisamente, após a minha fala, gostaria de fazer um minuto de silêncio pela perda da funcionária do Programa de Saúde da Família Sra. Dirléia Severo Pereira, que, nesse final de semana, infelizmente, perdeu sua vida. O que mais me dá indignação é saber que mais um trabalhador, uma servidora do Município de Porto Alegre perde a sua vida porque não teve a possibilidade real de fazer a testagem. Mais do que isso, fiquei sabendo hoje que o prefeito municipal de Porto Alegre, para não cumprir a lei que nós aprovamos, depois derrubamos o veto na Câmara, sobre a testagem dos serviços essenciais, entrou na justiça para não cumprir essa lei e ganhou a liminar, e eu espero que a Câmara, consistentemente, faça recurso para não cair no descrédito, porque, afinal de contas, uma lei aprovada tem que ser sancionada, tem que ser cumprida. A gente vê que essa ineficácia de gestão do prefeito municipal está provocando perda de vidas de seres humanos, e esses, sobre os quais ele tem responsabilidade, estão nos serviços essenciais no Município de Porto Alegre. A Sra. Dirléia participou há poucos dias do concurso público promovido pelo prefeito municipal sobre os agentes comunitários de saúde. Lembro os senhores que lá atrás, logo depois que foi sancionada pelo Supremo Tribunal Federal a extinção do IMESF, o governo anunciou que demitiria todos os seus servidores, sem saber das alternativas ou outras viabilidades que pudessem, em tempo de pandemia, dar dignidade a esses servidores, reaproveitá-los e oportunizar outra forma de gestão de empresa pública com direito público; não, o prefeito insistiu na terceirização dos serviços, conseguiu demitir mais de 40% dos servidores, e esses demais servidores que estão na luta já há mais de um ano estão resistindo como nunca através de liminares e de recursos feitos pela própria justiça. Lamentavelmente, o governo Marchezan, ao perseguir o servidor público, está destruindo as portas abertas do SUS, ele está mostrando que o SUS para ele não é importante. Mas, para a população, é mais do que importante, para os servidores é mais do que importante, e quando nós presenciamos a morte de alguém que não teve a possibilidade de uma testagem isso nos indigna, mas mais do que nos indignar, vemos que nós estamos perdendo a função de fiscal dos serviços públicos da cidade como vereadores, porque propomos leis, e o prefeito, para não cumprir a lei, entra na justiça. Lembro aos senhores que foi aprovado concurso público, por alguns vereadores, de 840 vagas, até porque o Programa de Saúde da Família, em cada equipe, tem quatro agentes comunitários de saúde, e o governo abriu concurso para 140 vagas. Claro que muitos servidores, em tempo de pandemia, foram fazer o concurso porque isso é a vida deles. A Dirléia foi fazer concurso e foi contaminada. Faço questão de ler aos colegas vereadores o que ela postou naquele dia antes do concurso, ela diz: “Meu amigo, estou ruim de novo, fiz o exame do cotonete hoje não vou conseguir olhar a *live*, estou muito ruim”. No dia seguinte ela disse o seguinte: “Estou aguardando vaga no Vila Nova, pneumonia, 15 dias em isolamento, foi o que eu ganhei indo fazer a prova

domingo. Bom, agora é sobreviver, só o que desejo meu amigo”. Está claro e preciso que ao não ter acesso à testagem e por que o governo fez o concurso público, não atendendo ao pedido das entidades de que não poderia fazê-lo, o governo Marchezan cometeu um crime de irresponsabilidade que nos enoja, nos dá uma enorme indignação. Porque um prefeito fazer um concurso público em tempo de pandemia é mais do que expor um servidor, um cidadão, é dar a ele a possibilidade de contaminação caso real e concreto como relatei aqui. Deixo aqui a minha indignação

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de Dirléia Severo Pereira. Muito obrigado.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde a todos os vereadores, a todo público que nos assiste através das nossas redes sociais, da TVCâmara e da Rádio Web. Hoje nós recebemos a notícia de que parece que o governo do Estado irá manter as mesmas alíquotas dos impostos, principalmente do ICMS, que já vinha perdurando desde 2014, 2016, não mantendo para votação o projeto que se encontra na Assembleia Legislativa que aumentava os impostos dos produtos da cesta básica, aumentava os impostos para vários setores e segmentos, principalmente os mais importantes.

O governo ainda insiste na questão de não mais isentar o IPVA dos carros antigos, uma medida que, voltamos a afirmar, muitos dependem dos seus carros que são mais antigos para trabalhar na construção civil, na pintura e em vários segmentos, e estaria onerando essas pessoas drasticamente quanto à questão do IPVA, e isso não traria o resultado que poderia trazer para as contas públicas. O que o governo teria que fazer, de fato, é cobrar os inativos, cobrar as empresas que devem ao nosso Estado e criar uma forma de cobrar os impostos lá na origem, na fábrica, na central de distribuição, não permitindo que não se tenha um controle. Eu acho que isso teria que ser uma grande medida do governo, ter o controle sobre as notas fiscais, sobre os produtos que são transferidos do depósito para as lojas para distribuição e isso poderia, com certeza, trazer uma maior arrecadação para o nosso Estado e diminuir alguns impostos que poderiam aumentar a demanda de consumo, permitindo que o Estado arrecade mais. Mas há a possibilidade também de governo tirar o imposto sobre

produtos na fronteira, o que também facilitaria a vida de várias cidades, de vários insumos que poderiam entrar através das fronteiras do nosso Rio Grande do Sul.

Então, nós estamos aí apreensivos com essa questão do aumento de imposto, isso ninguém suporta mais, já tenho repetido isso há muito tempo. Nós esperamos que o governo tenha uma ação, de fato, para melhorar a qualidade de vida, honrando principalmente os seus compromissos de campanha, sendo que um desses compromissos era que não iria aumentar o ICMS no Estado do Rio Grande do Sul. Então, seguimos observando, vigiando e firmes contra qualquer política de aumento de impostos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu gostaria de iniciar a minha fala parabenizando a iniciativa do Ver. Adeli Sell pela justa homenagem ao maior educador brasileiro de todos os tempos, referência, inclusive, mundial, em termos de educação de qualidade nos processos de alfabetização. Infelizmente, existe um grande contingente da população brasileira que, ignorante a respeito da veracidade dos fatos e da busca pelo trabalho desse educador, denigre a sua imagem, falando mal, apesar de desconhecer as aplicações e as vantagens do Método Paulo Freire. Esse método não é usado, infelizmente, em nossas escolas, mas já foi referência na década de 1960 ao alfabetizar 300 cortadores de cana no Estado do Rio Grande do Norte em apenas 45 dias. Quem trabalha com a educação sabe que é muito mais difícil alfabetizar adultos do que crianças, pois as conexões neurais já estão estabelecidas e a capacidade de aprendizagem vai diminuindo progressivamente à medida que o tempo passa nas nossas vidas. Portanto, esse método é um método revolucionário, é um método altamente eficaz e, por isso, esse cidadão é uma referência mundial em termos de educação. Infelizmente, o seu método não tem aplicação no Brasil, nunca teve, e, por isso, o lamento com relação à ignorância de boa parte do povo brasileiro.

Gostaria também de parabenizar a Câmara de Vereadores por ter derrubado o projeto de lei que pretendia protelar a arrecadação patronal do Previmpa. Eu recebi muitas comunicações, muitas mensagens de municipais favoráveis à derrubada daquele projeto de lei, portanto, estendo os parabéns a todos os colegas vereadores que votaram “não” para essa iniciativa. Nós precisamos garantir que o sistema de previdência continue saudável para que possa prover a aposentadoria e os benefícios para os servidores desta cidade, já que é um sistema de regime capitalizado, criado lá pelo início dos anos 2000.

Gostaria também, neste finalzinho de fala, em nome da minha bancada, de registrar a minha grande preocupação com relação à proposta de retorno apressado às aulas proposto pelo secretário de Educação e pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior.

Uma proposta sem diálogo com a população, uma proposta autoritária e que não foi construída coletivamente, principalmente com referência às diretrizes da Secretaria Estadual de Saúde, que estabelece que regiões que estão em bandeira vermelha não podem ter retorno presencial. Isso, inclusive, foi admitido pelo secretário de Saúde desta cidade, que muito provavelmente Porto Alegre não retornaria à bandeira laranja, o que permitiria 50% das aulas presenciais, do público presencial. O próprio secretário Pablo afirmou categoricamente que não tem como reverter bandeiras, porque, primeiro, não pode controlar o número de pessoas contaminadas – isso realmente temos que admitir, não tem como controlar o número de pessoas que pegam a doença – e também não tem como controlar o número das ocupações de leitos. Aí a nossa singela crítica: secretário Pablo, o senhor teve mais de cinco meses para criar mais leitos no Município de Porto Alegre; o senhor e o prefeito poderiam ter feito hospitais de campanha, como muitas cidades do Brasil fizeram, isso diminuiria os impactos do sistema de bandeiras na nossa cidade. Poderíamos estar em bandeira laranja, poderíamos estar inclusive em bandeira amarela, se tivéssemos mais leitos disponíveis para a população. Infelizmente, Porto Alegre tem se mantido com uma taxa de ocupação de leitos em torno de 80% e por isso estamos em bandeira vermelha. Então, o problema do agravamento dessa crise sanitária não é somente decorrente da doença em si, mas, sim, da má gestão do sistema de saúde do início da pandemia até o momento. A cidade que começou bem, determinando isolamento, determinou responsabilidade para a população, está conduzindo muito mal a crise de saúde na capital dos gaúchos. Deixo aqui o meu forte abraço a todos e continuemos com os nossos trabalhos e as nossas discussões nesta tarde tão bonita de final de inverno. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver. Paulo Brum; cumprimento os vereadores e vereadoras; ao cumprimentar o diretor legislativo, cumprimento todos os nossos funcionários. Em meu nome, dos vereadores Sgarbossa, Oliboni e Adeli, nosso líder, agradeço a disposição do tempo e quero dar continuidade aqui à fala do Ver. Adeli, que trata da homenagem aos 100 anos do Paulo Freire. Paulo Freire foi um educador reconhecido em todo o mundo, diga-se de passagem, Prof. Alex, é doutor honoris causa nas maiores universidades e nos maiores cursos... (Problemas na conexão.) Paulo Freire foi reconhecido com o título de doutor honoris causa nas principais universidades do mundo e na quase totalidade das escolas de pedagogia, e o método libertador de educação que traz como conceito ensinar aprendendo, isso temos que fazer todos os dias, isso vale para toda a nossa vida. Colocarei no grupo dos vereadores, a seguir, um seminário que terá, amanhã, com a participação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, também cidadão porto-alegrense, que fará homenagem aos 100 anos de Paulo Freire. Quero aqui reafirmar a postura do nosso Partido dos

Trabalhadores e a iniciativa do nosso líder, Ver. Adeli Sell, em trazer esse tema. Em contrapartida, não posso deixar de fazer uma comparação com o que está acontecendo na educação de Porto Alegre, onde não tem diálogo. O atual secretário Adriano simplesmente cortou o diálogo com todas as escolas e, burocraticamente, vem na contramão, aplicando decretos que suspendem todos os convênios com as escolas de educação infantil, não dando continuidade aos processos; retirando o difícil acesso das escolas para professores e trabalhadores que atuam, principalmente, na periferia da cidade; demitindo 700 trabalhadores da segurança, da saúde, da alimentação das escolas. A saúde e a educação, Oliboni e Alex, precisam ser revistas na agenda de Porto Alegre, precisamos retomar o conselho, a rede de educação infantil, de ensino fundamental e refazer, cobrir principalmente os vazios urbanos que existem na educação.

Quero aqui também lembrar que, no fim de semana, foi amplamente divulgado, uma diretora administrativa do Facebook pede desculpas e diz “tenho sangue nas mãos” pela quantidade de *fake news* que prejudicaram as democracias do mundo e muitos países, principalmente o Brasil, com a grande divulgação, através do Facebook, de *fake news* que deram vitórias nas eleições a quem não merecia, como é o caso do Bolsonaro, no Brasil. Então, grande abraço em nome da nossa bancada, o Partido dos Trabalhadores, registramos aqui as nossas opiniões neste momento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Solicito ao diretor legislativo que procede a chamada nominal para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois vereadores registraram presença.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 15h09min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0605/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 032/19, que altera o art. 2º, o *caput* do art. 16 e revoga os §§ 1º e 2º do art. 16, todos da Lei nº 4.267, de 7 de janeiro de 1977. **(Revoga a obrigatoriedade de contratação PMPA/Procempa.) (SEI 203.00005/2020-53)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 11-12-19;
- 45º dia em 31-07-20, conforme o art. 95 da LOM.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em discussão o PLE nº 032/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Boa tarde, Presidente Paulo Brum; boa tarde, servidores da Procempa nos seus 43 anos de existência, numa companhia que tem servido a nós, à cidade, à capital, durante todo esse tempo, de 1977 até agora. Foi construída durante a administração do economista Guilherme Socias Villela, quando foi prefeito da cidade. Todos os prefeitos, de uma forma ou de outra, mantiveram o seu funcionamento e, alguns governos, inclusive, deram aceleração a alguns processos que considero fundamentais, que de uma companhia de processamento de dados hoje é uma companhia de tecnologia da informação, e é uma empresa de comunicações. Hoje os órgãos públicos estão todos interconectados com uma plataforma. No governo municipal, o Executivo deixou de gastar uma verdadeira fortuna nas suas redes de telefonia particular. Hoje é possível se conectar de muitas formas, por meio do sucesso do empreendimento de incremento que a Procempa deu a essa rede. Temos mais de mil quilômetros de fibra óptica, que é um patrimônio não só da companhia, que é uma sociedade anônima, mas um capital fundamentalmente da municipalidade, mas, por sua gestão, pelas parcerias que fez com empresas para que tivesse esses mil quilômetros de fibra óptica, é uma empresa que pertence à cidade de Porto Alegre, ao povo de Porto Alegre. Se hoje nós temos cercamento eletrônico na cidade, é graças a Procempa; se hoje nós temos interconexão de todos os postos de saúde numa tecnologia de alto gabarito, se hoje nós temos as escolas municipais conectadas, é graças à Procempa. Poderíamos ter, como temos condições de colocar, por meio da fibra óptica, em cada ponta, em cada posto de saúde, em cada escola uma conexão em perímetro próximo, mas com capacidade de percepção de rede Wi-Fi. Por todo esse incremento, apresentei um projeto de lei na semana passada que trata exatamente desse bem público de uso especial da tecnologia da informação e da comunicação para a cidade de Porto Alegre; um patrimônio nosso que não pode ser tocado da maneira como está sendo por essa administração. Querem abrir hoje uma brecha muito grande, como já abriram por cima da legislação de 1977, como foi mencionado aqui. Não se trata de uma quebra de monopólio porque a Procempa não tem monopólio. Muitas coisas dentro da administração são feitas por outras empresas terceiras, mas quem dá a palavra final, quem pode dar a avaliação técnico-profissional é a Procempa e assim deve ser. Ademais, nós estamos tratando fundamentalmente deste governo, um governo

inoperante que contratou, fez uma parceria, inclusive nós estamos investigando a contratualização com a Gartner e nós também queremos saber dessa lambança de pessoas que eram CCs e foram para essa companhia, pessoas que eram dessa companhia e viraram CCs, essa coisa nebulosa com essa empresa Gartner. Como também já mencionei aqui, no governo federal, a mesma lambança foi feita com o Cisco que hoje detém todos os dados do povo brasileiro. Senhoras e senhores, hoje é o dia de dizer não, não mais uma vez. Não é uma simples oposição, trata-se de defender a Procempa, trata-se de defender um patrimônio que é da cidade de Porto Alegre e que não pode ser tocada. Este governo, muito menos, porque não tem a confiança de absolutamente ninguém. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Sr. Presidente, colegas vereadores. Nós estamos com esse projeto hoje, em discussão e votação, mais um teste para nós garantirmos que o patrimônio da cidade de Porto Alegre, com a construção que foi feita ao longo dos anos, como disse o Ver. Adeli, se mantenha à disposição da cidade de Porto Alegre. Nós já temos resistido em outros temas, há poucos dias foi o grande debate do Mercado Público, que a Justiça acabou mantendo-o no formato que tem na sua relação pública com os gestores privados que lá trabalham. O Mercado Público é o coração da cidade de Porto Alegre. Assim como já veio o debate do DMAE, que conseguimos retirá-lo das preferências de privatização da cidade de Porto Alegre. O DMAE é o sangue da cidade de Porto Alegre, que circula pela cidade de Porto Alegre. E agora o tema da Procempa. A Procempa é o cérebro da cidade de Porto Alegre. E, como foi dito pelo nosso ex-colega vereador, Socias Villela, que participou dessa obra que a bancada do PP deve se orgulhar, e creio que deve votar conosco pela manutenção dessa companhia para que seja pública, que preste serviços. Quem não lembra daquela mensagem que o prefeito mandou lá da Europa, de uma parada de ônibus com Wi-Fi. Com relação à Procempa, participamos de uma audiência pública na semana passada, ouvimos atentamente, e lá só teve uma pessoa a defender a privatização da Procempa - o codinome do projeto que votaremos hoje aqui -que é o atual diretor. Ele foi o único que defendeu esse projeto, os demais foram todos contrários e justificaram desde o superávit que tem a Procempa, desde o patrimônio cultural e tecnológico que estão nos acervos de cada funcionário e de cada funcionária da Procempa, e desde a estrutura pública existente como esses mais de mil quilômetros de fibra ótica pela cidade. Se o prefeito quisesse, realmente, ter Wi-Fi em todas nossas paradas de ônibus, bastaria delegar para Procempa que ela faria isso. Ou, nesse momento de pandemia, quando estamos sofrendo para poder fazer as reuniões virtuais, que as comunidades, principalmente as da periferia não conseguem se comunicar e ficam ainda mais excluídas, poderíamos ter, nos centros comunitários, nas praças, nas

associações, nos CRAS, Wi-Fi público, para que as comunidades pudessem se comunicar com a cidade de Porto Alegre, com os entes públicos e dialogar, como é necessário, em tempos de tecnologia. Então, a Procempa, quando foi fundada, há 43 anos, não há dúvidas, foi um projeto à frente de sua época. Hoje, é um projeto atualizado para a sua época; precisa é ter prioridades políticas, precisa é ter investimentos, precisa é ter orientação, precisa que a cidade de Porto Alegre continue a dizer: a empresa pública é do porto-alegrense, ela tem de estar a serviço de toda a população de Porto Alegre. Portanto, votaremos contra esse projeto. Não à privatização da Procempa! Grande abraço, muito obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Paulo Brum. Vereadores, Vereadoras e público que assiste a TVCâmara, eu creio que esse debate não pode ser encarado como um divisor de águas entre oposição e situação, ou entre esquerda e direita na Câmara. Acho que o bom senso deve primar nesse debate. Evidentemente, todos acreditam ter bom senso, mas acho que há critérios que podem nos nortear e afirmar a necessidade de se ter determinadas posições para, de fato, ter bom senso. Quando estão faltando dois meses para a eleição, é lógico que aprovar um projeto como esse é uma falta de sentido para a Câmara de Vereadores. Não faz bem para a cidade votar um projeto, quando para o Governo faltam dois meses para ter um processo eleitoral. Todo mundo que acompanha a situação política da cidade sabe que o governo está numa situação de esgotamento, tanto pela CPI, que demonstrou ilegalidades na administração pública e, inclusive, parte dessa ilegalidade envolve um diretor técnico nomeado pelo Prefeito Marchezan para dirigir a Procempa no início do seu mandato, quanto pelo processo de *impeachment*. Então, creio que seria muito ruim, não acredito que Câmara – na verdade estou muito convencido – vá aprovar esse projeto, porque a Câmara tem, nesse momento, na verdade, a necessidade de afirmar a sua autonomia. Votar esse projeto é votar um poder para o Executivo que ele não merece ter, que não é correto que ele tenha. Quando eu dizia que não é uma questão de esquerda ou de direita, é porque quando a Procempa foi fundada nós tínhamos um governo militar no País. Foi aí que surgiu a Procempa, e teve um mérito no seu surgimento, justamente porque a cidade de Porto Alegre pôde, com a Procempa, ser vanguarda em tecnologia da informação. Teve um elemento visionário, porque o nível de investimento público em tecnologia da informação, quando a Procempa foi criada, era mínimo; houve essa compreensão estratégica sobre a importância da tecnologia da informação quando esse era um assunto que não existia no senso comum, na sociedade de modo geral. Agora, quando esse assunto é tão importante, tão estratégico, alienar o poder público desse tipo de serviço, desse tipo de conhecimento, desse tipo de poder é, realmente, um gravíssimo erro. Nós sabemos que a Procempa não tem o monopólio;

alguns que criticam a Procempa por ter o monopólio criticam equivocadamente, porque a Procempa já não tem o monopólio desse serviço. O que esse projeto tenta – isso, sim, é muitíssimo equivocado – é fazer com que a Procempa não possa mais dar um veredito sobre escolhas que a Prefeitura faça na área da tecnologia da informação, como na contratação de serviços, na contratação de empresas. Se a Prefeitura perder essa capacidade técnica de fazer esse tipo de escolha, ela vai ficar à mercê de empresas privadas da área da tecnologia da informação. Algumas empresas privadas são boas, outras empresas privadas não são; e a Prefeitura tem de ter a sua própria empresa com capacidade de decidir. Se a Prefeitura, além de não ter o monopólio do serviço, faz com que a Procempa deixe de ter esse poder de decisão, de aferição do que é útil ou não, do tipo de serviço que deve ser contratado ou tipo de serviço que não deve ser, a Procempa vai se esvaziar completamente. Por isso, embora não seja, formalmente, uma privatização, na prática, o resultado é esse, porque o resultado é o esvaziamento de uma companhia estratégica, e não só o esvaziamento da Procempa, mas também a possibilidade de a Prefeitura, do poder público ficar à mercê de interesses privados. Então, eu estou muito confiante de que a Câmara votará contrariamente a este projeto, nós tivemos uma audiência pública muitíssimo representativa, onde quase 200 funcionários da Procempa fizeram muitas intervenções mostrando a importância da companhia para a cidade, e digo mais, e com isso concluo, eu creio que o grande desafio para a Câmara de Vereadores, e inclusive para o próximo governo, seja ele qual for, é o de realmente fazer um trabalho de parceria com os funcionários para que nós possamos dar um salto, qualificar o nosso trabalho de tecnologia da informação, qualificar a Procempa, mostrar para os porto-alegrenses a importância da Procempa e, dessa forma, eu não tenho a menor dúvida de que, aí, sim, nós vamos avançar na cidade de Porto Alegre com bons projetos. Porque se os técnicos, se os trabalhadores da Procempa tiverem um canal para discutir, para qualificar a Procempa, para discutir com o governo que medidas devem ser decididas para que a Procempa possa, realmente, progredir, eu tenho certeza de que nós vamos qualificar o serviço ainda mais, e, portanto, vamos valorizar a Procempa e não destruir a Procempa, como é o sentido desse PL, que eu tenho certeza de que a Câmara não vai aprovar. Muito obrigado, Ver. Paulo Brum e demais vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Robaina. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde. Eu ia falar os cinco minutos, e agora, com a fala do Robaina, que eu acho que foi muito completa, assim como a do Comassetto e a do Adeli, e, na sequência está inscrito o meu companheiro Oliboni, então, eu percebo que muitos dos meus argumentos já foram aqui colocados pelos que me antecederam, mas eu estava inscrito e quero fazer esse registro. Quero lembrar aqui que hoje, assim como o Robaina lembrou, a fluidez da informação,

quando foi criada, lá pelos anos 1970, já era importante, mas nós sabemos que cada vez mais, e basta nós verificarmos os escândalos nas redes sociais, que pareciam ser tão inocentes, na verdade é todo um sistema de vendas das informações e de manipulação, inclusive de eleições. Então, cada vez mais temos a nossa inteligência nas mãos do controle público... E quero aqui lembrar que seguidamente trazem aquela a ideia de que nós queremos que tudo seja estatal; nós não queremos que tudo seja estatal, agora nós precisamos de um controle público forte naqueles temas essenciais da sociedade. E o controle da informação, e eu me lembro até do Mario Teza que foi Presidente da Procempa, nos elencou, durante a audiência pública, o quanto a Procempa está presente na nossa vida, desde o nascimento até o fim da nossa vida; seja nos registros do nascimento, do óbito, na vida escolar e em tantos outros, é impressionante a presença da Procempa em todos os momentos. O cercamento eletrônico da cidade usa tecnologia da Procempa.

E, como o Robaina falou, seria uma das questões que eu traria também, essa questão da fala do monopólio; nós temos que quebrar o monopólio. A Procempa tem uma função de assessoramento da Prefeitura, ou seja, naquilo que ela não consegue realizar, ela pode melhor informar o gestor ou o tomador de decisão para que faça a contratação, eventualmente, de uma empresa privada. Então, abrir mão disso é querer abrir mão daquilo que é essencial, que é a segurança da informação e dos dados da população de Porto Alegre. Também tenho a convicção de que vamos rejeitar esse projeto, e concordo com a linha de que o Prefeito está jogando para a torcida, não só em relação a este projeto, mas também com outros que ele espera colocar para votar nas próximas semanas, aí já num período eleitoral, e me parece que é querer, digamos assim, mais ter o discurso da vítima, de quem tentou apresentar soluções, mas na verdade não quis construir as melhores soluções para a cidade. Então, vamos rejeitar este projeto. A nossa bancada votará contra o projeto e, com certeza, grande parte dos vereadores e vereadoras da Câmara também seguirão na rejeição do projeto. Obrigado, Presidente Paulo Brum.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente dos trabalhos, nobre Ver. Paulo Brum; colegas vereadores e vereadoras; cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão nesta tarde. O prefeito Marchezan terminou o mandato dele, está começando o período eleitoral daqui a alguns dias. Votar a entrega de um capital público tão importante, privatizar, seria um gesto muito deslocado, creio eu, da Câmara de Vereadores – com todo o respeito que temos que ter a cada posição.

É lamentável o governo, no final dos seus quatro anos de mandato, querer entregar a tecnologia da informação para a iniciativa privada.

Tem dois exemplos, e me sinto muito contemplado pela fala dos colegas vereadores, quando se fala, por exemplo, no teleagendamento na área da saúde – o que custaria a compra de um programa de tamanha envergadura, tamanho volume? Caríssimo. O que custaria, por exemplo, a compra de um programa, que inclusive já está em execução – e isso foi dito pelos servidores da Procempa –, que reduziu em 60% o roubo de veículos em Porto Alegre em função desse monitoramento atual?

É lamentável que tenhamos que enfrentar, no final de uma gestão de um governo que, infelizmente, a meu ver, não deu certo, prometeu algo e não conseguiu cumprir, e agora quer entregar o que é mais valioso, algo que é público, construído a muitas mãos, por muitos governos, e que é o primeiro, dentre muitos, que quer dizer que, na verdade, tem que abrir, que não pode ter monopólio, tem que abrir isso. O prefeito está terminando seu mandato, lamentavelmente não deu, não conseguiu, e tenho certeza de que a Câmara hoje dará mais um gesto de responsabilidade para este momento tão difícil que vivemos. A entrega de algo que é público e que está funcionando acaba precarizando o serviço e onerando os cofres públicos. É uma coisa muito simples, até os leigos entendem, imaginem aqueles que estão dentro do sistema e que veem essa precarização e desvalorização de um quadro técnico que está ali há anos e que prezo muito não só pela qualidade de serviço, mas pela importância da tecnologia da informação. Muito obrigado. Votaremos “não”, com certeza.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Serei rápido. Boa tarde a todos, um abraço a vocês; a ti, Paulo, que está presidindo, ao Luiz Afonso, nosso coordenador de todo o processo. Quero dizer que nós estamos discutindo este projeto vem de longe. Recebi e tenho recebido diversos servidores da Procempa, assim como participei da última audiência pública que aconteceu há poucos dias. Na audiência pública, também aqui já foi falado, praticamente 100%, ou todos os presentes, à exceção do diretor, se manifestaram contra o projeto. Eu também vou votar contra e digo o porquê: consultoria, já participei de algumas, e a última que participei mais de perto, e era à época diretor da Escola Fazendária da Fazenda do Estado, aconteceu com a consultora Falconi, de Minas Gerais, que diziam à época que seria a salvação dos problemas do Estado, e que a Falconi tinha participado de consultorias em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, e também estive aqui no Rio Grande do Sul. Hoje os três piores estados, praticamente, em situação financeira, são esses três, porque desde aquela época, desde 1997, se dizia, e ainda acredito nisso, que consultoria no setor público precisa ser comandada pelo setor público, por servidores públicos que detenham conhecimento especializado técnico das questões da máquina pública. Portanto nós autorizarmos, eu, no caso, votar favorável à autorização para consultoria externa, eu não tenho a menor possibilidade porque eu acredito na auditoria interna, por aqueles que

sabem conduzir, que têm experiência e que atuam na área por décadas. Quero deixar um abraço a todos e dizer que vou votar contrário ao projeto. Um abraço e obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Paulo Brum, que está presidindo a sessão, Luiz Afonso e demais vereadores. Eu o escutei, Ver. Ferronato, e tenho que concordar contigo; às vezes discordamos de algumas coisas, mas nesta tenho que concordar contigo: a tal de Falconi que veio para o Rio Grande do Sul não deu certo em nada, essa consultoria não funcionou. Quero aproveitar o ensejo para falar das consultorias, ou dos secretários que vieram de Belo Horizonte para ajudar o prefeito: eles não ajudaram! Eu dou um exemplo: esse secretário de parcerias estratégicas, de estratégico não tem nada, ele não conseguiu aprovar nada porque não justificou. Está errado! Ele veio complicar a administração do prefeito, assim como outros mineiros que vieram, que são boa gente, mas para vir de Minas Gerais para administrar Porto Alegre, não dá, é muito ruim. E quanto à Procempa, se tinha problema e tivesse convicção, era para começar no primeiro ano. Se tem que fazer mudanças, que se faça, que se mostre caminhos, que se mostre mudanças na Procempa, agora fazer isso no mês de novembro ou dezembro, porque até este projeto ser aprovado, e se aprovado, ser encaminhado para o prefeito vetar ou aprovar, até ser aplicado já é o ano que vem. E no ano que vem já é outro mandato de prefeito.

Então eu queria fazer um apelo ao Ver. Mauro Pinheiro, que está escutando, não sei se ainda dá tempo, eu acho que sim, para retirar esse projeto. Retirem esse projeto, porque isso é uma afronta para o próximo prefeito, que poderá ser até o Marchezan, se ele quiser, se ganhar a eleição, que faça no início do ano, ganhando ou perdendo. Mas não é o momento, final de setembro, final do inverno, início da primavera e final de mandato. Isso não dá certo. Nós temos que fazer com que a Procempa funcione muito bem. Ela funciona em setores com excelência, tem algumas falhas? Tem, que se corrijam essas falhas, mas que não se vote em cima, no final do mandato, no final do ano. Porque se esse projeto for aprovado, mesmo assim não haveria tempo desta administração mexer em nada com a Procempa. Então, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, se houver tempo, retire esse projeto para não sofrer uma grande derrota. Muitos vereadores até votariam a favor de uma revitalização da Procempa, aumentar sua participação, sei lá o quê. Mas não agora, é muito tarde, final de inverno, início de primavera, vamos curtir os ipês roxos que nós temos tantos; e não chorar o leite derramado, que não aí não há tempo para recompor. Vou votar contra.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Paulo Brum, colegas vereadores e vereadoras, eu gostaria de dar continuidade às falas que me antecederam, todas foram no sentido da preservação da nossa Procempa e falar que talvez surjam algumas falas, no decorrer deste processo de discussão, que venham instigar talvez um ponto de vista diferenciado. Mas, quando se diz que a Procempa tem o monopólio, eu diria que sou favorável ao monopólio das informações e dos dados dos contribuintes. Esses dados, os dados das pessoas que utilizam, por exemplo, a rede pública de saúde, os seus protocolos de saúde, os seus encaminhamentos médicos, as diretrizes, as filas de espera, isso tem que ser do domínio exclusivo do gestor da Saúde. Isso é um dado que não pode ser administrado por um ente privado, pois a gente não sabe que finalidade poderia ter os dados dos contribuintes, dos usuários, do cidadão de Porto Alegre na mão de interesses privados. Portanto, sou favorável que a Procempa faça a gestão e a administração desses dados, os dados pessoais dos porto-alegrenses. Por exemplo, a Procempa utiliza, absorve uma grande quantidade de informações georreferenciais desenvolvidas pelo nosso DMAE há muitos anos. O DMAE tem um trabalho de diagnóstico, de levantamento, da cidade de Porto Alegre, ferramenta importante para o gestor da nossa cidade. Agora, colocar todos esses dados, construídos há muitos anos, às custas do dinheiro do contribuinte, recolhido pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos na mão da iniciativa privada, isso seria uma ação criminosa. Portanto, sou favorável à manutenção da Procempa, que ela mantenha a gestão, a organização e o armazenamento dos dados pessoais dos porto-alegrenses, porque isso é a questão da segurança tecnológica da privacidade das pessoas, ela tem que estar acima de interesses individuais, de interesses particulares. Portanto, vou votar contrariamente a esse projeto. E já faço mais uma fala complementar, se nós tivéssemos o investimento necessário na Procempa, teríamos superado muitos dos pontos que hoje são bastante conflitantes na cidade de Porto Alegre como, por exemplo, a questão das aulas para os nossos estudantes da rede municipal. Senhoras e senhores, o prefeito e o secretário de educação firmaram um convênio com uma plataforma tecnológica e até agora não foi distribuído o acesso gratuito das pessoas à rede de dados. Ou seja, quem quiser acessar a essas aulas, tem que pagar, tem que dar os dados do seu telefone particular ou da sua internet, da sua conexão. Porque não foi oferecida a gratuidade, e a Procempa se tivesse tido mais investimento, ao longo dos anos anteriores, poderia, sim, dados móveis para que as nossas crianças, os nossos adolescentes estivessem assistindo às aulas neste momento de crise. Portanto, o que falta na cidade de Porto Alegre é administração. E eu tenho dito, há um bom tempo, quando o indivíduo é incapaz, quando o indivíduo é incompetente para administrar uma cidade, ele terceiriza, ele vende, ele desmonta o serviço público e coloca na mão da iniciativa privada, porque percebeu a sua incompetência e aí transfere as responsabilidades às custas do cidadão de Porto Alegre. Um grande abraço a todos, espero que tenhamos uma massiva votação em defesa da nossa Procempa, que poderia estar servindo muito bem à nossa cidade,

muito melhor a nossa cidade, porque, como bem foi destacado, nós temos aí um grande número de câmeras que fazem monitoramento de segurança para a nossa cidade e que tem aí um bom serviço à população. Mas nós poderíamos ter uma Procempa muito mais qualificada, muito mais expressiva e oferecendo um serviço muito melhor se tivesse tido o investimento necessário em aquisição de equipamentos, desenvolvimento de *softwares* e capacitação de pessoal que, apesar de serem muito competentes, tem uma defasagem de RH, como em todos os setores da nossa Porto Alegre. Um forte abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, vereador. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, também vim me manifestar contrariamente a esse projeto, favorável à manutenção da Procempa. Acredito que tem diversos vieses para fazer a defesa da Procempa, já fui contemplada por diversos argumentos que colocam a importância do controle público dos dados da população, a importância dos servidores de carreira, de a gente conseguir manter a memória do serviço público e desse patrimônio que faz parte do patrimônio não só estrutural, mas seus servidores, enquanto corpo técnico qualificado, que nos ajudam a pensar política pública para a cidade. Nessa crise que a gente está vivendo de desemprego e de subemprego, a importância do serviço público vem se mostrando um dos pilares para a gente conseguir pensar política pública e também conseguir pensar na lógica da soberania. O desmonte da Procempa me remeteu muito ao debate que a gente fez anteriormente, em outras sessões, da liquidação do Ceitec, e também me remete muito ao desmonte e à desqualificação que as universidades públicas vêm passando. A partir dessa reflexão, pergunto: a quem interessa um País que não produz pesquisa, que não produz tecnologia da informação, que não pensa o seu desenvolvimento tecnológico? Então, é uma discussão estrutural, o Brasil é um país pobre por aquilo que produz, nossa pauta é basicamente exportadora de produtos de baixo valor agregado, um país que está passando por um processo de desindustrialização, e hoje a perspectiva de um futuro melhor, de empregos mais qualificados, de aumento do nosso PIB perpassa pelo Brasil pensar também uma rota própria de desenvolvimento, que não só consuma tecnologias e desenvolvimento de *softwares* que venham de fora, mas que a gente consiga também se colocar dentro dessa disputa global que vem acontecendo. A quem interessa a negação da ciência, a quem interessa o desmonte das nossas instituições que produzem tecnologias, que produzem conhecimento, que produzem inovação? Eu acredito que é uma discussão de projeto de País, de qual é o impacto que isso vai ter nos próximos dez anos: do que adianta uma juventude que se qualifica, tem diploma, tem acesso às universidades, se sai diplomada e não consegue se realizar dentro das áreas de trabalho da sua formação. É uma fuga de cérebros, esse movimento que a gente vem acompanhando no nosso País, que é justamente isso: poucas áreas

conseguem absorver essa força de trabalho qualificada. As nossas empresas públicas são importantes nesse sentido. Então, votaremos contrariamente a esse projeto, por entender também que isso faz parte da defesa de uma soberania e de um futuro um pouco melhor do que a realidade hoje vem apresentando para nós. Era isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver.^a Karen. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde Presidente Brum; boa tarde vereadores e vereadoras. A Procempa sempre é um tema muito próximo a nós, mesmo porque participamos de uma CPI na qual pudemos entender bem como funcionava a administração, e muitas ações à revelia foram levando a Procempa a essa situação, como falta de investimento. Temos muitos funcionários qualificados, tanto que nós temos grandes sistemas em funcionamento a partir do trabalho desses técnicos. Estamos num final de governo; num final de governo para tomar decisões relevantes, para fazer contratações de consultorias. Não é o momento, sigo o líder da nossa bancada, deixando para o próximo governo decisões de ajustes na medida em que se possa dialogar com todo o corpo técnico, em audiências, em reuniões, e que não seja algo de, vamos dizer assim, decisões revanchistas para acabar com certos setores. Então, vou seguir o meu líder, e, justamente por ser final de governo, não é praxe tomar essas decisões maiores; não pode dar bons resultados algo que outras administrações, outros pensamentos, no próximo governo, podem ter. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver.^a Lourdes. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, Presidente. Em relação ao projeto em debate, não nos surpreende nenhum pouco a maneira oportunista que o governo trata assuntos estratégicos da cidade, eu diria não apenas oportunista, mas eleitoreiro, sob o ponto de vista do momento e da proposta em debate, que não há coerência com outras ações que o governo municipal tem tratado. Com a quebra do monopólio, certamente nós estamos dando à Procempa o seu fim, porque dificilmente a Procempa teria condições de competir com outras empresas nos serviços da cidade, por sua estrutura, pela falta de investimento num passado recente, como foi trazido pela Lourdes, ainda mais potencializada por este governo Marchezan. Agora, as coisas não se coincidem, porque, ao mesmo tempo em que Procempa perde a sua capacidade de investimento, a possibilidade de uma quebra de monopólio será certamente o fim dela. Agora, o prefeito Marchezan faz investimentos pesados na Carris, fez a compra de 95 ônibus, está reestruturando a Carris diante de um sistema que está completamente

sucateado, defasado e que não atende mais as expectativas de uma população que usa o transporte público diariamente.

Cabe aqui ressaltar que a justiça, por mais de uma vez, impediu que a licitação da nova concessão do Mercado Público acontecesse, justamente pela falta de transparência. E uma das questões colocadas pelo Judiciário e também pelo Tribunal de Contas é que, propositalmente, o governo deixou de fazer os investimentos no Mercado Público, deixou de avançar em recursos que já tinha para poder fazer a liberação de espaços físicos que não estão concluídos, justamente para que pudesse criar esse ambiente para uma nova concessão, que não atende nem um pouco as expectativas da cidade, também nem um pouco respeita aqueles que estão lá ou respeita as tradições da cidade.

O que está colocado naquele edital é justamente isto: nos próximos cinco anos, poderá ser alterada a atividade econômica do Mercado Público, nós poderíamos ter do Mercado Público um *shopping center* ou um grande mercadão. Eu trago esse assunto porque me parece – e aqui eu faço uma ressalva também ao líder do governo, quem sabe tiramos isso da pauta e levamos para um debate mais profundo – que não se trata apenas de um assunto, de uma narrativa – falsa perante a opinião pública – que o governo tenta construir para que venha a tratar de um assunto tão importante e tão estratégico para a cidade.

Aqui, colegas que me antecederam trouxeram a todos nós um assunto da cidade que está muito claro: essa abissal desigualdade que nós criamos entre os filhos que estão nas escolas da rede privada e os filhos que estão na rede pública. Poderia estar sendo muito melhor utilizada a estrutura da escola municipal, porque nós temos tecnologia, temos quadros, poderíamos estar oferecendo às nossas crianças plataformas capazes de acompanhar a educação deste Município.

Fica aqui a crítica a um governo que está sob suspensão, no momento em que nós temos um processo de *impeachment* aberto. Há um processo de identificação que nós teremos que enfrentar ao longo dos próximos meses. Então fica aqui a minha opinião sobre o assunto: a possibilidade de uma quebra de monopólio seria muito pior que uma privatização. Se fosse privatizada, se essa proposta do governo fosse uma privatização da Procempa, nós poderíamos aqui estar discutindo não só a importância de ela permanecer ou não, mas poderia o Município, sim, trazer e garantir ativos, vender ativos importantes para o caixa do Município – pelo menos, estaria trazendo. Agora, nessa proposta do governo, nós estamos simplesmente retirando a Procempa do processo, o que nos trará outros problemas mais para o futuro. Manifesto aqui a minha contrariedade ao projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Mauro. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde, Presidente Paulo Brum; boa tarde a todos, especialmente àqueles que nos acompanham pela TV Câmara. Eu ouvi atentamente aqui as manifestações dos que me antecederam, já me manifestei também na audiência pública. A audiência pública chamou a atenção porque praticamente todas as intervenções foram no sentido de não entregar a Procempa para a iniciativa privada. Eu considero esse movimento uma barbaridade, porque hoje a informação é tudo, é a alma, é a essência, é o pulmão, é o coração da gestão da administração pública. Hoje, tudo passa pela Procempa, desde o ITBI, o IPTU, o ISSQN. Toda essa gestão da informação, junto à Fazenda, faz parte de um processo estratégico que, digamos assim, direciona todas as ações do Município. A Prefeitura vai encerrar a sua gestão em três meses – outubro, novembro e dezembro – e pratica esse ato lesivo ao cidadão porto-alegrense, à cidade de Porto Alegre, a partir dessa iniciativa, eu considero uma barbaridade o que o prefeito Marchezan está fazendo. Eu já me manifestei nesse sentido em ocasião em que tive oportunidade. Realmente nos preocupa muito – nos preocupa muito! – essa necessidade, essa urgência toda no sentido de se desfazer das coisas públicas da nossa cidade; essa necessidade de querer afirmar que a iniciativa privada é mais competente do que a pública. Eu não concordo com esse raciocínio – pelo contrário –, com essa fórmula de pensamento que leva a iniciativa privada à excelência e que demoniza o serviço público como algo de pouca competência. Eu não concordo com esse conceito. Então, quero dizer que a Procempa ajuda muito com as gestões todas. Eu fui de secretário de planejamento, já fui secretário de esportes, e a gente se alicerçou muito ali, da estruturação dos processos todos, de tramitação interna, enfim, através dos técnicos da Procempa e das iniciativas de programas para as gestões das secretarias. Eu não vejo algo prudente e não vejo como uma iniciativa responsável entregar a Procempa para a iniciativa privada, e não sei por que existe essa ideia de que se o privado assumir a Procempa, vai funcionar melhor do que está; não sei por que existe linha de raciocínio agora, faltando três meses para encerrar o governo. Então, eu quero me manifestar contrário a essa iniciativa, nós vamos estar acompanhando, e já me antecedeu o Ver. Mauro Zacher, do nosso partido, e o Ver. Bosco, que tenho certeza que compactuam conosco dessa mesma posição e opinião, dessa forma como é tratada uma parte da inteligência da cidade, que está nas mãos, digamos assim, do poder público, entregar para a iniciativa privada algo tão importante, tão valioso, e a gente sabe que tecnicamente essas iniciativas de TI são muito sensíveis. É muito preocupante esse movimento que faz, de maneira irresponsável, o prefeito Marchezan, no sentido de entregar a empresa assim, para que a iniciativa privada possa angariar lucros e trabalhar dentro de uma outra lógica, e não a lógica de servir à cidade e ao cidadão porto-alegrense. Então, ficam aqui as nossas considerações, nesta tarde de trabalhos, e a nossa convicta opinião e na nossa convicta manifestação de que somos contra essa iniciativa que não fará bem para a cidade, caso prospere. Portanto, trabalharemos para que isso não aconteça, votando contra. Obrigado pela atenção, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Márcio. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente Paulo, comandando os trabalhos; vereadores e vereadoras. Eu vou ser bem sucinto, Presidente. Não temos como mudar uma coisa no final, aos quarenta e sete do segundo tempo; é uma loucura entregar para esse homem uma decisão dessa natureza. Portanto, vamos esperar o novo governo, e aí sim, quem sabe, analisar com a categoria e a Procempa, ver as possibilidades. Mas agora? Fazer isso, prejudicando a empresa, prejudicando os funcionários? Não. Se for fazer um dia, tem que dialogar mais, com a sociedade, com a Câmara. E é sempre assim: projetos que chegam; eu não vejo aqui, por exemplo, qual é a explicação do líder do governo? E a sua bancada? Não consegue convencer com ninguém! Depois que nós falar, eles vão aparecer para falar, em cima do que nós falamos. Não. O primeiro que deveria dar um posicionamento, o Ver. Mauro, que é o líder do governo, deveria dizer do que se trata. O Ver. Mauro é um carimbador do governo, infelizmente; um carimbador do governo – o governo vai passar. E assim, no final do campeonato, colocar uma matéria dessa natureza, sem diálogo, sem um vasto debate. Então, a nossa bancada está liberada, já falamos com a nossa líder, a Ver.^a Mônica, o Ver. Nedel, estão liberados, cada um vota da sua forma; eu vou votar “não”, porque não há condições, nesse momento, de se tomar uma decisão dessa natureza, aos quarenta e sete do segundo tempo. Portanto, um abraço a todos e essa é a minha decisão, como vereador.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Cassiá. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Presidente em exercício. Eu gostaria de me manifestar, dizendo que essa alteração de lei garante a constitucionalidade à legislação municipal, o artigo que se quer revogar está em desconformidade com a legislação federal, porque permite a contratação da Procempa em desacordo com as regras da licitação. Eu faço uma pergunta aqui para os meus colegas: o município precisa diminuir o seu tamanho; e outra questão, se a Procempa participar de uma licitação, hoje, ela vai perder, pelo seu alto preço, porque ela aplica um alto preço. Então, nós temos sim que começar a fazer esse caminho: o caminho da diminuição do município. Ora, está mais do que em tempo do governo e o Executivo se preocuparem com saúde, segurança e educação. Por isso a bancada está liberada, mas eu votarei “sim” ao projeto.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Presidente, eu só gostaria de fazer um registro, por justiça ao Ver. Mauro Pinheiro, que ele já havia se inscrito há uns quinze minutos, e eu acabei não o colocando na lista; peço desculpas ao Ver. Mauro.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 032/19.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Paulo Brum, nosso vice-presidente, presidindo a sessão; Dr. Luiz Afonso, a gente sabe das dificuldades que V. Exa, enfrenta para nos ajudar nessas sessões *on-line*, e que o senhor tem feito um excelente e brilhante trabalho e tem todo o nosso reconhecimento. Como muito bem disse a Ver.^a Mônica, esse é um projeto que vem corrigir uma distorção que há muitos anos está equivocada na Casa. É um projeto que, na verdade, não vai contra a Procempa. Hoje, o Município, quando precisa contratar uma empresa ou contratar algum serviço que a Procempa não faz, precisa ter a concordância da empresa Procempa para poder fazer esse serviço. Então, está se buscando, através desse projeto de lei, que o Município possa sair no mercado, através de processo licitatório, contratar empresas para prestar serviço, principalmente, quando a Procempa não tem condições de fazer. E a gente sabe que a Procempa é uma empresa pública, que presta vários serviços para o Município, mas muitas vezes o Município é obrigado a contratar um serviço que é mais caro do que se contratasse da iniciativa privada. Acaba tendo uma distorção da função da Procempa. Então, através desse projeto de lei está se querendo, sim, dar a oportunidade para que o Município possa buscar no mercado, buscar outras empresas, outros sistemas que possam agilizar o atendimento da população. O Município existe para prestar o serviço e o bom serviço para a nossa comunidade. Nós não podemos estar criando entraves que obriguem o Município a contratar, muitas vezes, um serviço moroso e que vai dificultar o trabalho do Município que é entregar o serviço à população. Portanto, independentemente de ser líder do governo, de ser da base do governo, voto favorável a esse projeto com convicção, porque é um projeto que vai melhorar o atendimento da população lá na ponta na contratação de melhores serviços, de melhores sistemas para que a população possa ser melhor atendida. Todas as coisas evoluem e está na hora de o Município evoluir nessa relação com a Procempa. Se a Procempa realmente quiser concorrer com o serviço externo, ela vai ter que se reinventar e melhorar. Nós não podemos é prejudicar a população pela obrigação de contratar um serviço estatal. Nós precisamos, sim, que o serviço, não só a Procempa, mas todos os serviços que são prestados à população, que os serviços sejam, muitas vezes, públicos, mas não necessariamente estatais – na saúde e em todos os outros sistemas que nós temos buscado, o que neste governo tem sido buscado. No atendimento da população na saúde contratando organizações sociais ou contratando os próprios hospitais para prestarem serviços na ponta, dos postos de saúde, que são serviços públicos não estatais. E agora, sim, nós estamos, através desse projeto de lei, querendo dar mais agilidade ao Município sem interferir na empresa, sem privatizar a

empresa, mas, sim, liberando que a Prefeitura possa buscar um serviço mais ágil, de mais qualidade, pelo menor preço, para fazer aquilo que é a função da Prefeitura, que é atender a população com o menor custo possível. Então, votarei favorável e convido os nossos vereadores, que prestem bastante atenção nesse projeto, independentemente de serem da base do governo, de serem contra do governo ou a favor do governo, mas que votem favorável que esse projeto é importante para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Mauro. Dr. Luiz Afonso, mais alguma inscrição?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos mais inscritos.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Então, encerramos a discussão e passamos à votação. Alguém para encaminhar?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos registro de encaminhamento.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Então, vamos colher os votos dos senhores vereadores. Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 032/19. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 08 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Declaro rejeitado o PLE nº 032/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Em defesa da empresa pública Procempa, votei “não”.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Eu votei “não” neste projeto. “Não”, porque entendo que o art. 84, inc. II, da Lei Orgânica, veda a apreciação do projeto de lei dentro dos últimos 180 dias de mandato do prefeito, que visa a retirar o monopólio, mas eu acho que o tema é importante para discussão e para melhoria do serviço da Procempa.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): (16h14min.) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, meus colegas, obrigado, Presidente Paulo Brum, gostaria apenas de comentar rapidamente esta votação do projeto da quebra de monopólio da nossa Procempa, acho importante ressaltar que valorizo a opinião dos colegas e entendo o momento importante que nós estamos vivendo na cidade, é véspera de eleição, e as preocupações que nós temos com a própria gestão do prefeito Marchezan. Muito embora todos esses temas, eu considero muito relevante a devida discussão, quem sabe caiba mais para frente uma nova abordagem sobre o tema, já que Porto Alegre, onde quer que nós vamos, qualquer uma das secretarias, quem conhece o funcionamento dos nossos processos desde os meios digitais eletrônicos até mesmo a agilidade na entrega de serviços prestados internamente, da Prefeitura, pela Procempa, a gente tem problemas de execução de prazos e, muitas vezes, de preços maiores do que os de mercado. Eu acho que isso é um fator relevante o suficiente para nós mudarmos essa legislação. Acho que precisamos pensar em bons contratos para preservar as informações e também preservar aquilo de excelência que a Procempa faz, tem excelentes profissionais dentro da nossa estatal, mas, ao mesmo tempo, nós não podemos fazer com que a cidade e os setores de Porto Alegre paguem mais caro ou fiquem reféns de prazos, muitas vezes, inexequíveis, os serviços como a gente vê no dia a dia da nossa Prefeitura nas diversas áreas. Então, por isso, quando eu sugeri o projeto inicialmente, e o protocolei depois, o retirei para que a Prefeitura pudesse fazer e não ter o debate da constitucionalidade e do vício de origem. Eu entendi que essa era uma matéria importante, inclusive, saúdo a Prefeitura por ter honrado seu compromisso, apresentado o projeto e mantido a sua palavra, mas acho que embora essa derrota tenha ocorrido desta vez, nós precisaremos revisitar o tema se nós quisermos ter um melhor atendimento de serviços de TI na cidade de Porto Alegre, e também uma redução dos custos desse atendimento, porque a gente não pode colocar o cidadão pagador de impostos como refém, muitas vezes, de interesses sindicais e corporativos como a gente vê aos gritos no plenário; eu lembro que eu mesmo fui xingado por alguns desses sindicalistas ligados à própria Procempa e que são de partidos de extrema-esquerda, eram do PSTU, hoje estão ligados aí a PT e PSOL, e estão fazendo muito mais uma luta ideológica para manter o poder ali dentro do que efetivamente defendendo a qualidade do serviço. Eu acho que tem excelentes profissionais lá dentro que fazem um excelente serviço e que podem ser preservados se a gente levar a sério esse tema e não meramente ideológico. No final das contas, o aumento do IPTU é, entre outras coisas, para pagar a ineficiência de outros serviços da Prefeitura, entre eles também serviços prestados pela Procempa, em muitas das ocasiões

em que ela não consegue competir de igualdade com o mercado. Então fica aí o meu registro. Cumprimento os demais e desejo uma boa-tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado Ver. Felipe Camozzato. O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações (Pausa.) Desiste. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. Está encerrado o período de Comunicações.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Presidente Paulo Brum, vereadores, vereadoras, público que nos acompanha pela TVCâmara. Esse projeto que nós acabamos de votar e reprovar, entendo eu que é um projeto meritório e que deve ser levado em consideração a discussão desse projeto na próxima legislatura. O Ver. Felipe Camozzato, como bem disse, tinha apresentado esse projeto. Nós, vereadores da CCJ, barramos o projeto pelo vício de origem e, depois, a Prefeitura, já em acordo com o Ver. Felipe Camozzato, apresentou esse projeto. Na época, esse projeto ainda estava em tempo hábil para ser votado. Porém, o Ver. Adeli Sell fez um pedido à Comissão de Constituição e Justiça para avaliar se esse projeto não perdeu a eficácia no seu tempo. Por que eu digo isso? Porque acho que é um projeto interessante, acho que a discussão dele é muito importante, porque essa discussão vem para melhorar o serviço que a Procempa faz. E é um serviço importante na cidade de Porto Alegre. Nós sabemos hoje que a administração pública tem que estar cada vez mais alinhada com a informação e com a tecnologia, porque, quem ganha com o serviço de qualidade, é a população de Porto Alegre. Eu concordo com a justificativa da Ver.^a Mônica Leal, acho sim que nós temos que cada vez mais diminuir o gasto da máquina pública. Acho que a iniciativa com a parceria privada é fundamental. Temos sim que trabalhar cada vez mais com a parceria público-privada, porque nós vamos ter quatro anos de muita dificuldade, principalmente no próximo ano, que vai ser o ano da crise e onde nós teremos que fazer com que o Município seja o indutor da retomada dos empregos e da vida do cidadão de Porto Alegre, e eu faço jus a essas palavras, porque eu não vejo outra forma de reconstruirmos o que a pandemia nos trouxe de prejuízo se não reconstruirmos os empregos, se não diminuirmos o custo da máquina pública, entregando um serviço de qualidade para a população. Porém, esse projeto que nós acabamos de reprovar tinha a vedação ao art. 84, inc. II, da Lei Orgânica, que proíbe a apreciação de um tipo de projeto de lei, dentro dos últimos 180 dias do mandato do prefeito, que vise retirar monopólio de serviço; e esse projeto retirava monopólio de serviço da Procempa. Então o projeto é importante, temos que avaliar esse projeto num futuro breve, porque esse projeto e essa discussão vai fazer com que a gente fortaleça e qualifique o serviço da Procempa que é muito importante para a Cidade. Nós sabemos que lá na Procempa nós

temos profissionais de qualidade e que prestam um bom serviço para a Cidade de Porto Alegre. Mas o serviço da Procempa é contestado, contestado porque falta essa visão de investimento e infraestrutura, e nós sabemos que é um assunto extremamente importante para a cidade de Porto Alegre. Por isso eu votei “não”, mas fica aqui o meu apelo para que essa discussão seja retomada no ano que vem e que possa se fazer um projeto, sim, com diálogo, sim, com conversa, sim, em conjunto com os servidores da Procempa, porque quem ganha é Porto Alegre. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro. Por termos cumprido as determinações legais, encerramos a presente sessão, convocando os senhores vereadores para a próxima quarta-feira no horário regimental. A todos um bom final de tarde. Um abraço. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h23min.)

* * * * *